

CONCLUSÃO

Bráulio Sousa

Universidade do Porto, Tech4EduSim/ RISE- Health (Portugal)
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da
UEFISM - Unidade de Ensino, Formação e Investigação da Saúde Militar, Coimbra
ORCID: 0000-0002-3991-717X cbsousa@gmail.com

A presente coletânea, coordenada no âmbito das atividades da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança (RISCOS), representa um contributo técnico e científico significativo para a análise integrada dos desafios associados à interseção entre **riscos e saúde**. Sustentada numa abordagem multidisciplinar, esta publicação reflete o compromisso da Associação RISCOS com a promoção de conhecimento aplicado, rigoroso e orientado para a melhoria da resiliência institucional e social face a cenários de risco crescente.

Os trabalhos aqui reunidos abordam, de forma transversal, dimensões críticas como a gestão de emergência em instituições de saúde, a perceção e exposição ao risco por profissionais operacionais, os impactos ambientais sobre a saúde coletiva e as respostas públicas a crises sanitárias e sociais, como a pandemia da COVID-19. Com base em metodologias diversas — qualitativas, quantitativas e mistas, os autores apresentam diagnósticos precisos e recomendações práticas, ajustadas às exigências legais e operacionais dos contextos analisados.

Em particular, os Planos de Emergência Setoriais (PES) e as Medidas de Autoproteção (MAP), como previsto no Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro), na Portaria n.º 1532/2008, na própria Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 03 de julho) e toda legislação nela suportada, são analisados não apenas enquanto instrumentos normativos obrigatórios, mas como ferramentas estratégicas de prevenção, coordenação e resposta. A sua correta implementação, aliada à capacitação dos profissionais e à manutenção sistemática dos equipamentos e procedimentos, é essencial para contribuir para a segurança de utentes e trabalhadores, sobretudo em unidades hospitalares de grande complexidade, como o Hospital de Braga — caso amplamente documentado nesta obra.

A obra sublinha ainda a importância de uma governação multinível do risco, baseada na articulação entre entidades nacionais, regionais e locais, e destaca a necessidade de reforçar uma cultura organizacional de segurança — princípio defendido também pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) nos seus normativos e notas técnicas complementares. O risco deve ser compreendido como um fenómeno dinâmico, multifatorial e territorialmente condicionado, exigindo soluções integradas, adaptadas e sustentáveis.

Neste sentido, esta publicação contribui para os objetivos estratégicos da RISCOS, nomeadamente: (i) fomentar a educação para o risco e a segurança; (ii) apoiar tecnicamente instituições públicas e privadas na elaboração de planos de prevenção e resposta; e (iii) dinamizar a produção e disseminação de conhecimento que sustente a formulação de políticas públicas mais eficazes e baseadas em evidência.

Esta coletânea é dirigida a decisores políticos, técnicos, investigadores, profissionais da saúde, da segurança, militares e da proteção civil, a todos os que atuam na interface entre ciência e prática. Mais do que um repositório de casos e experiências, trata-se de uma ferramenta operativa para pensar e construir um futuro onde o risco seja identificado, monitorizado e mitigado de forma eficiente e participada.

A construção de comunidades mais seguras e saudáveis depende, em grande medida, da nossa capacidade institucional de antecipar o risco, planeá-lo tecnicamente e enfrentá-lo com responsabilidade, colaboração e conhecimento.